

24.11.2006

SEMINÁRIO 'AS NOVAS FRONTEIRAS E A EUROPA  
DO FUTURO' (24.11.2006)

Braga

'A EUROPA DO FUTURO NAS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS'

A Europa cada vez é mais requisitada no mundo em todos os domínios: cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária, diplomacia clássica, e - a grande novidade: cada vez se espera mais da União Europeia no domínio da segurança, da defesa e da gestão de crises.

Com ou sem Constituição, com ou sem aprofundamento da integração europeia, e independentemente do que nós europeus pensamos sobre a Europa, o resto do mundo tem grandes expectativas em relação à Europa.

O futuro da Europa nas relações internacionais será dedicado a corresponder à crescente procura da presença europeia a nível global.

Acima de tudo, todos os Estados Membros da União se dão conta da futilidade de pensar e agir nas relações internacionais nos termos anacrónicos da mera defesa da soberania e dos interesses nacionais: todos os grandes desafios da nossa época - terrorismo, proliferação de ADM, genocídio, etc. - são desafios em que só a Europa unida pode fazer a diferença.

Perante estes desafios, o futuro da Europa, da União Europeia, nas relações internacionais está ligado a três factores:

**A. Instituições**

**B. Recursos**

**C. Autonomia estratégica e política**

**A. Instituições**

Mais cedo ou mais tarde a UE terá de se dotar das instituições que lhe permitam uma contribuição mais coerente para as relações internacionais:

1. Precisamos de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União que tenha um pé na Comissão e outro no Conselho, que dê coerência à política externa da UE, e que tenha poderes para marcar a agenda dos MNEs dos Estados Membros da União;

2. A União Europeia precisa de personalidade jurídica única, para poder assinar acordos e convenções, de embaixadas em todo o mundo, e de um serviço diplomático próprio, que lhe permitam apresentar *uma face* institucional e legal *única* em todos os aspectos da acção externa da União, incluindo a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e as áreas de responsabilidade comunitária.

4. Precisa de um Parlamento Europeu com mais poderes de forma a impor mais transparência e legitimidade democrática na área das relações exteriores e da segurança e defesa em particular;

Todas estas novidades estavam previstas na Constituição, que infelizmente não sobreviveu aos referendos holandês e francês: mas é evidente para todos que esta não foi a área que causou a rejeição da Constituição.

Para sustentar esta conclusão, basta olhar para os números do EUROBARÓMETRO para o último trimestre de 2005:

- 63% dos europeus acreditam que a Europa promove a paz no mundo;
- 68% dos europeus apoiam uma política externa comum europeia;
- Uns esmagadores 77% apoiam uma política europeia de segurança e defesa;

Mais interessante ainda para aqueles que defendem a primazia da soberania nacional ou da NATO nas questões de defesa, interrogados sobre quem devia assumir um papel cimeiro nas decisões em relação à política de defesa europeia, 48% votam na UE, 23% nos governos nacionais e apenas 18% escolhem a NATO.

Resumindo: a derrota da Constituição não pode ser lida como uma derrota da ideia do aceleração da integração europeia na área das relações externas.

## **B. Recursos:**

Os Estados Membros dedicam recursos insuficientes à cooperação para o desenvolvimento e à política externa e de segurança comum: só para dar um exemplo, o orçamento da PESC para 2007 (que inclui as missões civis da UE, a luta contra a proliferação de ADM etc.) terá uns míseros €159 milhões. Como termo de comparação, Portugal, de acordo com o Instituto de Comércio Externo Português, gasta €100 milhões por ano a promover a imagem do país no estrangeiro...

Não é o ICEP que gasta a mais, são os Estados Membros que não disponibilizam os recursos mínimos para que a União possa assumir os seus compromissos e corresponder à procura crescente da sua presença.

## **C. Finalmente, a autonomia estratégica e política:**

A Estratégia Europeia de Segurança de 2003 contribuiu em muito para criar uma cultura, um discurso especificamente europeu na área das relações internacionais.

Apesar da definição de ameaças ser quase igual à definição americana (terrorismo, proliferação de ADM, Estados delinquentes etc.), a Europa aposta - ao contrário do que se passa desde 2000 nos UEA - no

multilateralismo eficaz, no fortalecimento da arquitectura institucional em que assenta o Direito Internacional, na integração regional, e numa estratégia de gestão de crises que vê a força militar como apenas um dos elementos relevantes, juntamente com a cooperação para o desenvolvimento, a ajuda humanitária, o fortalecimento da legitimidade democrática dos governos etc.

Por outras palavras, o futuro da Europa nas relações internacionais está intimamente ligado à capacidade da União Europeia de desenvolver e implementar a *sua* visão do mundo ancorada no Direito Internacional, no fortalecimento das Nações Unidas, e numa visão complexa dos conflitos e das soluções para eles.

A invasão do Iraque foi uma indicação do trabalho que ainda há a fazer, e da dificuldade que certos Estados Membros ainda têm em resistir à tentação do unilateralismo e à vontade de não desagradar aos EUA.

Ninguém exige que se abandone o aliado americano, até porque as outras potências (a China e a Rússia, por exemplo) não constituem alternativa à aliança transatlântica.

Mas se, e quando, os EUA se colocam completamente fora dos consensos internacionais sobre as questões mais elementares, quando os EUA contribuem decisivamente para a erosão do edifício legal dos Direitos Humanos, nomeadamente do Direito Humanitário, é fundamental que a Europa tenha à sua disposição a doutrina, as instituições, e os meios que lhe permitam agir autonomamente.

Este imperativo da autonomia estratégica e política é válido para todas as áreas da acção externa da União, incluindo a área da Segurança e da Defesa.

Nesta área em particular a autonomia estratégica da União deve ser desenvolvida a partir do princípio da partilha de soberania e do uso comum de recursos escassos, pondo fim a duplicações sem sentido: perante os desafios que a Europa enfrenta, será que são precisos 2 milhões de homens e mulheres em uniforme nos 25 Estados Membros, dos quais nem sequer 5% podem ser enviados em missões expedicionárias de gestão de crises? Serão precisos 10.000 tanques pesados e 3.000 aviões de combate, velhas relíquias da Guerra Fria? E como explicar 23 programas paralelos de carros blindados ligeiros europeus?

É acima de tudo na área da cooperação industrial, no desenvolvimento de capacidades militares comuns, e na especialização das diversas Forças Armadas europeias, que reside o maior potencial para a construção de uma verdadeira autonomia estratégica por parte da União Europeia.

O princípio da *Responsabilidade de Proteger* as populações deste planeta de genocídios, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, aprovado pelos Membros das Nações Unidas em 2005, deve orientar a atitude da UE perante regimes opressivos em todo o mundo: a Europa deve assumir um papel de liderança na defesa de uma ordem global que deixe de sacrificar os Direitos Humanos no altar do sacrossanto princípio da 'soberania nacional'.

Finalmente, a capacidade da Europa em levar a cabo esta nova 'missão' global dependerá em muito da coragem das lideranças europeias: como o Afeganistão e o Congo demonstram, é imperativo preparar as opiniões públicas europeias para lidar com os riscos associados a missões militares no estrangeiro.

O uso da força para assegurar o cumprimento do Direito Internacional é por vezes inevitável e a Europa tem que estar preparada a assumir as suas responsabilidades nesta área, em sítios como o Darfur (onde falhou), e o Líbano (onde tem dado provas de maturidade política).

Se não for a Europa a assumir estas responsabilidades, ninguém as assumirá.